

Os ex-combatentes da Guerra do Paraguai nas ruas do Rio de Janeiro: discursos e práticas em torno de um exército vencedor (1870/1875)¹

Everaldo Pereira Frade

“Hontem às 6 horas da tarde desembarcaram os voluntários da pátria no arsenal da marinha. Ahí estava levantado um arco triumphal em cujas fachadas lia-se esta inscrição em letras de ouro:
A pátria agradecida
Ás phalanges victoriosas”²

O dia 1º de março de 1870 é considerado oficialmente como a data do final da Guerra do Paraguai, marcando o momento da última resistência paraguaia e a morte do generalíssimo Solano López. No entanto, o conflito já tinha sido decidido desde a ocupação de Assunção pelas tropas brasileiras comandadas por Caxias, a 5 de janeiro de 1869, restando apenas um pequeno exército paraguaio³, reorganizado por López, atuando através de guerrilhas, sem, contudo, fazer face ao grande contingente do exército aliado.

Esta foi a última ação de grande porte na guerra. A partir daí as forças brasileiras ficaram ociosas, estacionadas em Assunção, esperando o momento do retorno aos seus lugares de origem. A situação, que durou em torno de seis meses, não era das melhores. Muitos desses soldados estavam ausentes há mais de 4 anos e não viam sentido em prorrogar mais a estadia em solo paraguaio. A insatisfação quase geral da tropa, agravada pelas dificuldades de abastecimento de água e comida, comuns desde o início do conflito, acabou por fomentar desordens e insubordinações, tornando-se comuns os saques e a violência, principalmente contra a população paraguaia.

As críticas a esta situação aumentaram, sendo oriundas tanto de setores militares, quanto da sociedade civil, que criticavam a indefinição das autoridades brasileiras. A partir de fins de 1869 e início de 1870, intensificaram-se as discussões sobre como e quando começaria a evacuação e o embarque dos ex-combatentes para o Brasil.

A ação das autoridades evidenciou os temores e as dificuldades que estes encontravam para trazer de volta os ex-combatentes brasileiros. Assim, a proposta do governo era de mandar os ex-combatentes direto para suas províncias de origem, evitando a

¹ Everaldo Pereira Frade – Mestre em História pela UERJ/Campus Maracanã / Chefe do Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).

² A REFORMA – ORGÃO DEMOCRÁTICO. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1870.

³ Este pequeno exército foi massacrado na batalha de Campo Grande ou Acosta Ñu, a 16 de agosto de 1869, onde um efetivo de cerca de 20.000 homens do exército aliado, comandados pelo conde d’Eu, defrontou-se com 1.500 paraguaios, na sua maioria crianças e velhos. BETHEL, Leslie. *Cronologia da Guerra*. IN MARQUES, Maria Eduarda M. (Org.). *Guerra do Paraguai – 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1994

passagem destes pela Corte, excetuando-se, evidentemente, os efetivos pertencentes à própria Corte e à província do Rio de Janeiro. A alegação era de que reunir todos os batalhões em um só comboio e desembarcá-los na cidade, acarretaria uma despesa à qual o governo não estava preparado. Portanto, a proposta era do embarque pouco à pouco, à *formiga*, para citar um termo da época, direto para as províncias de origem, proposta defendida pelo ministro dos Negócios Exteriores, José Maria da Silva Paranhos.

Esta postura do governo não escondia as suas preocupações com a falta de recursos para o pagamento das pensões e benefícios, somando isso ao receio de desordens e rebeliões, decorrentes da insatisfação dos ex-combatentes e do grave momento político vivido no país. A falta de verba para os pagamentos foi fruto da crise econômica que assolou o país no período do pós-guerra, após os empréstimos tomados aos banqueiros ingleses para financiar o esforço de guerra.

Outros motivos podem ser alegados para a retenção das forças brasileiras, estas mais ligadas a interesses particulares. Embora a manutenção das tropas brasileira em Assunção não agradasse aos militares, favorecia grandes comerciantes, principalmente os do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. Apesar de faltar um estudo mais aprofundado sobre o abastecimento do Exército brasileiro durante a guerra, vários relatos atestam o grande movimento de comerciantes varejistas que acompanharam as ações militares⁴.

A partir de fevereiro de 1870, dentro de um clima misto de tensão e festa, começaram a desembarcar os ex-combatentes na Corte do Rio de Janeiro, local privilegiado para se observar suas reações.

Segundo as estimativas das autoridades, destacando-se aí o ministério dos Negócios da Guerra, cujo titular era o tenente-general João Frederico Caldwell – barão de Muritiba, e o ministério dos Negócios Exteriores, comandado por José Maria da Silva Paranhos, futuro marquês do Rio Branco, passariam pelo Rio de Janeiro cerca de 6 a 8 mil homens, daí mais da metade seguiria para as suas províncias de origem, conforme orientação das autoridades.

O jornal *A Reforma*, através de seus editoriais e a coluna de matérias pagas, denunciou o procedimento do Gabinete Conservador, argumentando que a intenção do

⁴ Referências sobre os comerciantes que acompanhavam as tropas aliadas, ver: CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980; VERSEN, Max von. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976; TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*, traduzida da 5ª edição francesa por Affonso de E. Taunay. 18ª ed. brasileira. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975.

governo, afastando os ex-combatentes da Corte, seria a de faltar com as promessas contidas no decreto 3371⁵.

A VOLTA DOS VOLUNTÁRIOS E DA GUARDA NACIONAL

“(…) O correspondente que escreve de Assunção para o Jornal do Commercio, combate a idéia da volta dos Voluntários da Pátria em corpos reunidos e em uma frotilha, e do seu desembarque no Rio de Janeiro por duas razões que revoltam o bom senso.

(…) Qual é porém a suspeita do governo? ... de que elle tem medo?

Não querem crer que o actual gabinete pretenda faltar aos voluntários com os prêmios que lhes foram garantidos e que n’essa intenção oppõe-se a que elles cheguem reunidos e em força capaz de exigir imponentes o seu direito.

(…) Ainda na hypothese cruel de receios de perturbação da ordem pública, e de exigências da parte dos voluntários, a opposição do governo á vinda do sr. conde d’Eu á frente d’elles é inexplicável, e faz duvidar do bom senso do ministério; porque o ilustre príncipe general, com o prestígio da victória, e com a força do amor dos soldados seria o elemento mais forte, e garantia segura da ordem e da disciplina militar dos corpos que consigo trazer.

(…) Que o sr. Paranhos quer e insta que os Voluntários da Pátria sejam retirados do Paraguay sem organização militar, e levado ás respectivas provincias, como depois da festa músicos a pé. J.M. de Macedo”⁶

Parece claro nesse artigo a intenção de se colocar a opinião pública contra o governo conservador, através da exploração do descontentamento militar, estratégia frequentemente utilizada por ambos os partidos ao longo da história do país. Ao mesmo tempo que tentava desmascarar os propósitos do governo, o jornal buscava capitalizar para os liberais a insatisfação reinante, tentando também uma aproximação com o conde d’Eu, comandante-em-chefe das forças brasileiras no Paraguai e substituto do conservador marquês de Caxias no referido comando, fato que, somado à abolição da escravidão no Paraguai, foi responsável por atrair para ele as simpatias de parte dos políticos liberais.

Assim, os partidos políticos capitalizavam os descontentamentos e as rixas dentro do Exército, utilizando-as em proveito próprio na luta pelo poder.

⁵ O decreto-lei 3371, de 07 de janeiro de 1865, criou os “CORPOS DE VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA” para incentivar o engajamento de voluntários, oferecendo ao final do conflito, além de outras vantagens: gratificação de 300\$000, quando derem baixa, e prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas; logo que for declarada a paz receberão passagem para onde solicitarem, no caso que tenham que se transportar por mar; Os voluntários terão direito aos empregos públicos de preferência, em igualdade de habilitações, a quaisquer outros indivíduos; as famílias dos Voluntários, que faleceram no campo de batalha ou em consequência dos ferimentos recebidos nela, terão o direito à pensão ou meio soldo, conforme se acha estabelecido para oficiais e praças do Exército,. Os que ficarem inutilizados por ferimentos recebidos em combate receberão durante sua vida soldo dobrado de voluntário. JORNAL DO COMMERCIO, Rio de janeiro, 09 de janeiro de 1865.

⁶ A REFORMA – ORGÃO DEMOCRÁTICO, Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1870.

Apesar das idéias discordantes dos dois partidos em relação ao desembarque das tropas, ambos tinham como orientação política principal, segundo Wilma Peres Costa⁷, a preocupação em neutralizar “a força nova que emergia”. Estimular as rivalidades, impedir o cortejo dos militares pelas ruas do Rio, mistificar a atuação dos voluntários da pátria e guardas nacionais, em detrimento das forças de linha, cooptar politicamente os oficiais, foram estratégias que tiveram como objetivo principal o enfraquecimento do Exército.

Nos primeiros anos após a guerra, estas estratégias deram resultado. Isso ficou claro nas manifestações de rua promovidas por oficiais ao longo do ano de 1870, ora imputadas aos oficiais simpatizantes do Partido Conservador ora aos do Partido Liberal, nunca fruto de uma ação conjunta da instituição.

Os conservadores, avessos às rebeliões, principalmente quando estavam no poder, através dos artigos no *Jornal do Commercio* apelavam para o patriotismo da tropa, temerosos de serem vítimas dos distúrbios supostamente incentivados pelos liberais. O temor de ter contra si os defensores da pátria demonstra que a situação não estava totalmente sob o controle das autoridades, a concentração de milhares de homens, reivindicando suas pensões e outros benefícios, esse descontentamento, se bem aproveitado pela oposição, poderia trazer grandes dificuldades para o governo.

No entanto, a estratégia do governo em embarcar os soldados *à formiga*, e sem passar pela Corte, não foi posta em prática; um dos motivos era que o transporte utilizado para tal fim necessariamente fazia escala na cidade, pois tratavam-se de navios mercantes adaptados para o transporte de tropas. A solução adotada foi o escalonamento dos desembarques ao longo do ano de 1870. A estratégia era embarcar dois ou três batalhões, desembarcá-los na Corte e, antes que chegassem novos contingentes, embarcá-los novamente para suas províncias de origem, transferindo para estas a tarefa de controle sobre os ex-combatentes.

A ordem era evitar conflitos desnecessários entre policiais e militares, ou entre os policiais e os populares, fato que poderia acarretar conseqüências não desejadas pelas autoridades. Essa “tolerância” por parte das autoridades dizia respeito apenas aos dias de festas, nos dias comuns a repressão e o controle do espaço urbano eram mantidas no seu ritmo normal, reforçado com o retorno do 31º batalhão de voluntários da pátria, composto por homens do Corpo Policial da Corte⁸, no final de abril de 1870⁹.

⁷ COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles – O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Ed. Hucitec: Ed. UNICAMP, 1996.

⁸ HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

⁹ A REFORMA - ORGÃO DEMOCRÁTICO, Rio de Janeiro, 31 de maio de 1870.

Apesar dos cuidados das autoridades, foram frequentes os tumultos e as desordens na cidade. Entre essas ações, duas merecem destaque por terem assustado bastante as autoridades e fomentado ações punitivas contra os militares. A primeira aconteceu nas comemorações pela volta do conde d'Eu, onde um grupo de cerca de cem oficiais do Exército foi responsável por inúmeros tumultos no decorrer dos festejos ocorridos no domingo, dia 02 de maio de 1870.

A confusão começou na rua Direita, próximo ao largo do Paço Imperial, algumas horas após a celebração do *te deum* em agradecimento ao retorno do Conde d'Eu, realizado na igreja da Glória. Segundo o jornal *A Reforma*¹⁰, os referidos militares investiram contra alguns populares e estudantes de Medicina, prosseguiram depois para a rua da Constituição onde depredaram o arco comemorativo ali colocado, apedrejaram a estátua do Conde d'Eu e atacaram a banda de música que se apresentava no local. A alegação dos militares para tal violência era de que tanto os populares, quanto a banda se recusaram a dar vivas ao Duque de Caxias. Ainda de acordo com o jornal, o grupo era composto por simpatizantes do Partido Conservador.

Esses acontecimentos tiveram grande repercussão, sendo assunto para ásperas discussões através dos dois jornais.

Apesar da gravidade dos fatos, os militares envolvidos no tumulto não receberam nenhuma punição.

Situação mais grave ocorreria cerca de dois meses depois, reunindo dessa vez civis e militares nas reivindicações. Em fins de maio o ministro dos Negócios da Guerra, Barão de Muritiba, solicitou ao Parlamento a quantia de 200 contos de réis para a construção de um monumento à vitória na Guerra do Paraguai. Apesar da oposição dos liberais e da crise econômica vivida pelo país, a verba foi aprovada. A construção, chamada de Templo da Vitória, teria lugar no campo de Sant'anna.

Influenciado pelos jornais de oposição ou insatisfeito com a cobrança de ingressos de entrada, o povo boicotou o evento na sua inauguração, mesmo com a presença do imperador Pedro II e sua família. Os motivos para o fracasso de público podem estar ligados ao alto preço cobrado pelos ingressos, à obrigatoriedade de se estar bem trajado, à campanha empreendida pelos jornais contra essa festividade ou mesmo o medo de tumultos e violência. O reforço no número de soldados destacados para cobrir as festividades, atesta que o temor de que poderia acontecer atos violentos foi compartilhado tanto pelo povo, quanto pelas

¹⁰ A REFORMA – ORGÃO DEMOCRÁTICO, Rio de Janeiro, 03 de maio de 1870.

autoridades. O fato é que as arquibancadas ficaram vazias e segundo o jornal *A Reforma*¹¹, dos cerca de 15 mil lugares, menos de um terço estava ocupado.

O agravamento da situação ocorreu na mesma noite, 10 de julho, quando militares e populares se colocaram à frente do veículo que transportava a família imperial para o Theatro Lyrico, impedindo o seu prosseguimento. Os manifestantes pediam a troca do governo (gabinete), culpando-os pela crise econômica e política que se desenrolava naquele período. Apesar de ter sido uma manifestação pacífica, o tumulto assustou bastante as autoridades. Fizeram parte dos acontecimentos civis e militares, os primeiros reclamando, entre outras coisas, da carestia e da falta de água e os outros protestando contra a falta de cumprimento de seus direitos. Os brados e gritos eram direcionados aos integrantes do governo conservador, poupando os manifestantes a figura do imperador.

Diferente dos fatos ocorridos no dia 02 de maio, supostamente cometidos por oficiais simpatizantes do Partido Conservador, onde não ocorreu nenhuma punição, as manifestações do 10 de julho, causaram represálias e repreensões nos quartéis. Com a pressão, logo os manifestantes começaram a tentar explicar o que houve através dos jornais ou em cartas ao imperador.

A manifestação de julho provocou por parte do governo duas reações diretas: uma foi o fim das festas e desfiles pela cidade - os batalhões que chegaram a partir de 10 de julho foram recolhidos diretamente aos quartéis - e a segunda providência foi uma investigação à procura dos responsáveis. O resultado dessa última foram as prisões dos alferes Bibiano José Teixeira Ruas, Exergisto Leopoldino de Andrade Costa e Manoel Francelino de d'Almeida Passos¹², recolhidos à fortaleza da Lage por ordem do ministro da guerra. Apesar da participação de diversos oficiais na manifestação, apenas os militares dos postos mais baixos foram penalizados.

O oficialato do exército, porta-voz das reivindicações da instituição, mesmo diante de uma situação onde se avolumavam problemas que afligiam a classe militar, tais como os salários baixos, as más condições de trabalho nos quartéis e o não cumprimento das promessas feitas antes da Guerra do Paraguai, não conseguiu ser ouvido nas suas queixas, mantendo-se ignorados pela elite política civil, de tendência liberal ou conservadora, por toda a década de 1870, apesar da visibilidade adquirida perante a população pelos sacrifícios passados durante o conflito.

¹¹ A REFORMA – ORGÃO DEMOCRÁTICO, Rio de Janeiro, 12 de julho de 1870.

¹² A REFORMA - ORGÃO DEMOCRÁTICO, Rio de Janeiro, 04 de agosto de 1870.

Embora insatisfeitos com a situação do exército após a Guerra do Paraguai, os militares, segundo os autores consultados e as fontes analisadas, não tiveram papel relevante nas reformas colocadas em prática no período de 1872 e 1874. Em ambas as ocasiões a empreitada foi dirigida pelo ministro da guerra João José de Oliveira Junqueira, civil, titular da pasta entre 1872 e 1875.

Convencido das necessidades de reformas substanciais na instituição, ele optou por fazê-la de cima para baixo, selecionando uns poucos generais para que apresentassem os seus pontos de vista. Assim, baseado principalmente em relatórios do Conde d'Eu e de Sena Madureira, ele elaborou os projetos apresentados ao Parlamento entre 1872 e 1874.

Entre as solicitações mais polêmicas, estava o aumento do soldo, este sim uma reivindicação de toda a classe militar, superior ou subalterna. Os salários tinham sido reajustados pela última vez em 1852, logo, nenhum combatente recebeu aumento nos últimos 20 anos. Em 1873 o Parlamento aprovou o aumento de 50%. No entanto, o que parecia uma boa notícia para os militares, viraria fonte de insatisfação posteriormente. Por problemas no orçamento, os salários continuaram apenas no papel por mais uma década.

Em 1874 o ministro Oliveira Junqueira voltaria à carga em nova tentativa de reforma. Dessa vez a discussão principal ficaria por conta da lei de recrutamento militar.

Havia ficado evidente durante a guerra, os limites de um exército formado através do recrutamento forçado, forma de seleção incompatível com as condições da guerra moderna¹³. A violência e as injustiças para compor a tropa, os vários tipos de isenções, a insuficiente oferta de recrutados, a interferência política na seleção de soldados, não podiam continuar sendo as bases de formação do exército profissional, eficiente e moderno que desejavam os oficiais reformistas¹⁴.

As críticas ao recrutamento compulsório e as propostas de mudança do sistema constavam do relatório feita por Sena Madureira¹⁵ ao ministério da guerra, elaborado a partir da observação dos principais exércitos, em viagem que fizera à Europa, sobretudo à França e à Prússia.

Sena Madureira elogiava principalmente o sistema prussiano, baseado no serviço universal de tempo curto (3 anos), com isenções limitadas e excluindo a compensação financeira e a substituição pessoal aos selecionados. Além disso, havia a preocupação de se

¹³ Durante anos os oficiais reclamaram que o exército era pequeno demais e os recrutados vinham da escória da sociedade.

¹⁴ MENDES, Fábio Faria. O tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil imperial. Rio de Janeiro: Tese de doutorado, IUPERJ, 1997.

manter um contingente de reserva, periodicamente treinado. Soma-se a isso, a importância adquirida pelo certificado militar, requisito para qualquer emprego ou função pública.

Estas questões, bastante candentes no período, fizeram com que os militares aumentassem progressivamente as suas críticas em relação às instituições monárquicas, identificando nelas as causas das agruras que passavam no dia a dia e da subalternidade a que estavam relevados no nível político e social. Os jovens oficiais passaram a fazer escolhas baseadas na elaboração de uma ordem política que pudesse favorecer os novos interesses no interior da corporação, sepultando, definitivamente, os padrões de lealdade anteriormente vigentes¹⁶.

As ações descritas ao longo do texto, podem ser interpretadas como fruto da insatisfação dos militares, estando estas ligadas a reivindicações tanto no campo social, quanto no profissional. Com o término da guerra, os militares cobriam o reconhecimento dos seus sacrifícios e mais espaço econômico e político¹⁷ dentro da sociedade imperial. Embora estivessem relacionadas ao mesmo tempo à tropa e a oficialidade, foi esta última a principal porta-voz desses reclames.

A oficialidade, entretanto, continuaria como um grupo atuante dentro do cenário nacional, fortalecidos pelo status que o Exército adquiriu após a guerra. Segundo Nelson Werneck Sodré:

“O Exército que surge da guerra com o Paraguai é força nova na vida do país, - não será relegado mais a segundo plano, não se conformará mais com isso, não se conformará com um papel subalterno na vida nacional”¹⁸.

O Exército, enquanto instituição, assumiu um papel importante no pós-guerra, embora, como eu tenho ressaltado ao longo do texto, a coesão do Exército tenha sido muito mais resultado do choque entre a posição dos militares e o sistema político monárquico, do que proveniente de uma unidade específica da corporação antes e durante o conflito¹⁹.

A guerra, ao expor as deficiências da estrutura militar do Império, permitiu aos oficiais do núcleo profissional assumir uma postura acentuadamente crítica ao modelo político então

¹⁵ SENA, Madureira. Estudo militar dos principais Estados da Europa apresentado ao Ministério da Guerra ... 1874.

¹⁶ IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do exército*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, IUPERJ, 1992.

¹⁷ Até 1865, todos os ministros da guerra efetivos tinham sido oficiais. Entre 1865 e 1875, houve uma inversão e todos os ministros foram civis. Segundo John Schulz, isto pode ser considerado um sinal do decadente papel político dos militares após a Guerra do Paraguai. Outra prova disso é o decréscimo no número de militares com assento no Parlamento – entre 1870-75 apenas 9 militares passaram pela Câmara de Deputados, número que decresceria a zero em 1885.

¹⁸ Nelson Werneck Sodré. *A História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

¹⁹ IZECKSOHN, Vitor. Op. Cit..

existente no país. Assim sendo, várias e importantes reflexões parecem se manifestar no interior do núcleo profissional do exército brasileiro, tais como a progressão da idéia republicana, a abolição e o descontentamento face à estrutura social e política do país²⁰.

Desse desprezo ficaria o ressentimento, que só viria à tona de forma consistente e imbuída de uma certa unidade nas questões militares da década de 1880.

²⁰ IZECKSOHN, Vitor. Op. Cit